Espaço em Revista | 2012
ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

REPENSANDO A REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA TEORIA DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Wesley Borges Costa
Universidade Federal de Goiás/*Campus* Catalão
wes_borges@hotmail.com
Michelle Neris Moreira
michellenerismoreira@gmail.com
Maria Goreth e Silva Nery
gorethgeo@yahoo.com.br

Resumo: A região é uma das categorias de análise geográfica polissêmica e controvérsia que permite discussões relevantes acerca do processo de regionalização do Brasil. A partir do estudo referente da questão regional brasileira e partindo de uma retrospectiva que apontou as principais propostas existentes para um país de dimensão continental, a análise parte da proposta oficial do IBGE, que está em vigor até os dias atuais, e da Geoeconômica que leva em consideração fatores socioeconômicos e históricos e a divisão regional "Os Quatro Brasis" alicerçada na teoria do meio técnico-científico-informacional que consiste na união entre a técnica, a informação e a ciência, seguindo a lógica do mercado global. Nesta perspectiva, o objetivo almejado neste artigo se refere às abordagens necessárias para o entendimento da idéia de uma nova regionalização do território brasileiro que corresponda à nova configuração do espaço, a partir das ideias miltonianas, por considerar a territorialização e a evolução tecno-científica, passível de induzir novas regionalizações frente ao contexto sócio-espacial do Brasil.

Palavras-Chave: meio técnico-científico-informacional, território, regionalização, Brasil.

RETHINKING BRAZILIAN FROM REGIONALIZATION OF THE THEORY OF TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL MILIEU

Abstract: The region is one of the categories of geographical analysis polysemic and controversy that allows meaningful discussions about the process of regionalization of Brazil. From the study of the issue regarding regional Brazilian and from a retrospective that showed the major existing proposals for a country of continental dimensions, the analysis part of the official proposal of the IBGE, which is in effect until today, and it takes geoeconomic and socioeconomic factors into account historical and regional division "the Four Brazils" grounded in the theory of the technical and scientific-informational milieu consisting of the union of technical, information and science, following the logic of the global market. In this perspective, the objective pursued in this article refers to the approaches necessary to understand the idea of a new regionalization of the Brazilian territory corresponding to the new configuration of space, from Milton´s ideas, for considering

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

territorialization and techno-scientific developments, capable of inducing new regionalization front of the socio-spatial Brazil.
Key-words: technical and scientific-informational milieu, territory, regionalization, Brazil.

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre o final do século XVIII e o século XIX é marcado por grandes evoluções técnicas e científicas e do processo de desenvolvimento e consolidação do capital sob à égide da mecanização intensa do território e, consequentemente, a progressiva substituição do meio natural pelo meio técnico, momento em que se tem a contração das distâncias, maior facilidade de comunicação, valorização da ciência e da razão em detrimento ao controle e submissão da Igreja, surgimento de novas tecnologias, enfim, uma contribuição intensa do aparato técnico-científico e informacional no processo dialético de (re)construção do espaço geográfico.

A instauração do meio técnico-científico-informacional como (re)organizador do espaço passa a atingir os lugares de formas e intensidades diferenciadas influenciando a reorganização tanto do meio urbano quanto do rural, conduzindo a mudanças importantes na composição técnica e orgânica do território.

Assim, partindo da teoria do meio técnico-científico-informacional e com as ocorrentes mudanças no cenário nacional e a ocorrência deste fenômeno ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil é que se pode pensar em uma nova regionalização. Deste modo, vale salientar que a regionalização de um território tendo como objetivo principal facilitar a administração, o planejamento governamental e a compreensão da realidade da sociedade.

Nesse sentido, e com a influência marcante da evolução da ciência, da tecnologia e da informação, é que Santos e Silveira (2001) propõem outra regionalização do Brasil em quatro macrorregiões, a qual a denominam em “Quatro Brasis”: a Região Concentrada, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia. Tal divisão é marcada pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e das heranças do passado nos quais marcaram, dentre outros fatores, diferenciações territoriais no Brasil. Para tanto, os autores constroem

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

teoricamente a proposta a partir das características territoriais brasileira, ou seja, a formação de zonas de densidade e rarefação, a fluidez e viscosidade do território, a constituição de espaços de rapidez e lentidão, bem como dos espaços opacos e luminosos.

Baseado nessas premissas e com o intuito de propor uma discussão acerca da regionalização do Brasil, analisando a proposta de Santos e Silveira (2001) e identificando os aspetos relevantes desta, é que o presente artigo discorrerá no intuito de compreensão dos aspectos pertinentes ao processo de evolução do meio técnico-científico-informacional, bem como da Regionalização do Brasil pensada pelos referidos autores.

Para a elaboração deste trabalho, buscou-se ainda a contribuição de demais autores que tratam do tema em questão, tais como: Santos (1996), Corrêa (1997), Castro (2002), Magnago (1995), Castells (1999), Lencioni (1999) e Souza (2002). A fim da elucidação das ideias aqui contidas, o presente trabalho apresenta, inicialmente, uma discussão amparada na análise do processo histórico de regionalização do Brasil. Logo após a discussão centrará sobre a divisão regional do Brasil proposta por Santos e Silveira (2001) acerca do meio técnico-científico-informacional; e, por fim, apresentaremos os aspectos relevantes do recorte regional do Brasil proposto por Milton Santos.

Um breve histórico da regionalização brasileira

No Brasil, as primeiras tentativas da criação de modelos de recortes regionais se iniciaram no século XX, após esse período foram realizados estudos de cunho regional e foram elaboradas várias propostas de identificação de regiões em diferentes escalas espaciais.

Desde o século XIX que a definição do conceito de região, assim como a formulação de uma metodologia capaz de identificar, delimitar, descrever e interpretar sua forma de conteúdo é preocupação presente na pesquisa geográfica. Nos estudos geográficos produzidos no Brasil a questão regional começa a ganhar

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

consistência teórica após o início do século XX, com a obra de Delgado de Carvalho onde foi introduzido o conceito de região natural.

A primeira divisão regional do Brasil foi feita por Delgado de Carvalho, em 1913, tendo por base os elementos do meio físico e a posição geográfica ao dividir o país em cinco regiões. Segundo Magnago (1995), a partir da obra de Delgado de Carvalho o conceito de região e a metodologia adotada para regionalização adquirem coerência influenciada pelo conceito de "região natural". No final da década de 1930 e início da década de 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através de seu órgão especializado, o Conselho Nacional de Geografia, adotou, principalmente para fins didáticos, a divisão do Brasil em cinco grandes regiões levando em consideração os aspectos naturais e a proposição regional do Ministério da Agricultura. Esta proposta tem como idealizador Fábio Macedo Soares Guimarães, seguido das premissas de Delgado de Carvalho, tendo como base o conceito de região natural que apresenta caráter duradouro e consequentemente traz certa estabilidade, de modo que possa ser acompanhada a evolução do país através da comparação de dados coletados e, nesta perspectiva, manteve-se a divisão territorial em cinco grandes regiões.

Na década de 1960 é proposta a regionalização Geoeconômica que tem o intuito de captar a situação socioeconômica e as relações entre a sociedade e o espaço natural. Foi sugerida por Pedro Pinchas Geiger conhecida como três grandes complexos regionais que são: o Centro Sul, o Nordeste e a Amazônia e baseia-se no processo histórico de formação do território brasileiro, considerando os efeitos da industrialização, buscando refletir a realidade do país e compreender seus contrastes.

A divisão Geoeconômica, por sua vez, não se prende aos limites estaduais, pois é considerado os traços comuns entre essas enormes porções territoriais, e, dessa forma, vários estados possuem território em mais de uma região, devido ao agrupamento que segue os níveis de desenvolvimento semelhantes nos diversos setores da economia. Diferente da divisão regional do IBGE, essa divisão não possui limites fixos e seus contornos são dinâmicos, posto

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

que acompanham a própria dinâmica histórica do desenvolvimento das atividades econômicas.

No contexto da expansão do capitalismo no Pós-Segunda Guerra Mundial, em escala global e nacional, as transformações socioeconômicas implicariam em novas formas de organização do espaço brasileiro, derivando a necessidade de se reformular a divisão regional do país.

Atualmente é utilizada esta divisão regional em cinco macrorregiões, recortes adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com alterações da proposta da década de 1930 e com forte contribuição do trabalho de Delgado de Carvalho, mas que mantém alguns pontos semelhantes tais como: divisão em grandes regiões considerando os critérios físico/naturais; subdivisões baseadas em aspectos socioeconômicos; manutenção da unidade política e elaboração para fins estatísticos.

Meio técnico-científico-informacional como subsídio de uma nova proposta de regionalização brasileira

No contexto da revolução científico-tecnológica, no limiar do século XXI, as realidades geográficas se renovam e assim presenciamos a emergência de novos matizes conceituais na ciência geográfica, na qual o território utilizado constitui-se como uma categoria de análise de fundamental relevância a fim de entendermos a globalização e seus efeitos nos diferentes territórios e mantendo fortalecendo as diferenciações territoriais, isto é, o conhecimento do território tornou-se indispensável dada à importância nos processos de globalização da economia e a fragmentação dos espaços/territórios.

Assim, para se definir qualquer porção do território é necessário que seja considerado a natureza e a ação humana sobre a mesma, o trabalho e a política, onde os fixos e os fluxos devem ser abordados na análise desse território, uma vez que estes influenciam na composição do mesmo. De acordo com Castells (1999), o *"espaço de lugares"* teria sido substituído pelo *"espaço de fluxos"*, assim como tempo cronológico teria dado lugar ao "tempo intemporal". As ações passadas e

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

presentes são evidenciadas pelo território, onde as suas configurações são resultado dos sistemas naturais, transmitidos a uma determinada sociedade e dos sistemas de engenharia que são os objetos técnicos e culturais construídos ao longo da história.

A grande extensão territorial brasileira é um dos aspectos mais predominantes do país, sendo que esta representa uma diversidade significativa de sistemas naturais por onde se desenvolveu um processo histórico diferenciado. Dessa forma, as regiões que atualmente conhecemos foram configuradas a partir das heranças e das características econômicas, demográficas e políticas pretéritas e contemporâneas (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Dessa forma, Santos e Silveira (2001) destacam que o povoamento do Brasil ocorreu a partir da pequena contribuição de recursos da técnica, uma vez que na maneira de intervir no meio eram raros os instrumentos técnicos autônomos como a máquina, por exemplo, ocorrendo a intensificação do uso de instrumentos técnicos a partir da atividade canavieira, posto que representou um novo momento de uso do território no Brasil com o aumento das técnicas das máquinas.

Não obstante, os autores apontam o papel da industrialização do Brasil no século XX como recorte temporal de entendimento da constituição das diferenciações territoriais brasileiras, uma vez que influenciada inicialmente pelo tamanho das populações concentradas, na qual a indústria se fazia presente, em estados como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Porém, os transportes interiores se constituíam como um obstáculo para a circulação de mercadorias e a estrutura agrária da época havia se tornado um empecilho para a expansão industrial de determinadas áreas. Com a segunda Guerra Mundial evidenciou a necessidade de unificação do território brasileiro e, para tanto, foram criados planos nacionais que privilegiaram as ligações ferroviárias e rodoviárias entre as várias partes do país, ao mesmo tempo em que houve o desenvolvimento das telecomunicações.

O processo dinâmico da globalização se utiliza das situações do passado, oferecendo as mesmas, novas características que aumentam as desigualdades sociais e as diferenças regionais brasileiras, uma vez que são impostas novas

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

maneiras de comando e dominação. Vê-se, portanto, que a mesma dinamiza a divisão internacional do trabalho, principalmente nos países subdesenvolvidos, não considerando a realidade destes e aplicando aos mesmos um conjunto de ideologias. Conforme aponta Corrêa (1997)

> […] A partir do pós-guerra o processo de fragmentação articulada tornou-se mais acelerado. A capacidade do capitalismo (re)fragmentar e (re)articular a superfície terrestre foi ampliada. Em outras palavras, o espaço do homem foi fortemente submetido a um processo de reconstituição das diferenças espaciais, processo que assumiu enorme rapidez. Fazer, desfazer e refazer as diferenças espaciais tornou-se, de forma mais eloqüente, uma das características da economia global, ainda que permaneça a diferencialidade espaço-temporal. […]. (p. 190-191)

Nesta lógica, a economia de todos os países é submetida a um processo intenso de internacionalização, embora este se apóie em um espaço e em uma regulação que é nacional, mesmo sendo norteada pelos interesses de empresas globais. Sendo assim, é possível afirmar a existência de um espaço nacional regulado pela economia internacional.

Atualmente as desigualdades territoriais ainda persistem, tendo como fundamento um maior número de variáveis, onde a combinação dá origem a uma extensa gama de situações de difícil classificação. Sendo assim, é importante examinar algumas situações características para compreender a grande atividade de cada parcela e de sua relação com o dinamismo mais geral do território por completo. Tais situações características são: as zonas de densidades e de rarefação, a fluidez e a viscosidade do território, os espaços da rapidez e da lentidão, os espaços luminosos e os espaços opacos. A densidade viária (fluidez efetiva) e infoviária (fluidez virtual), portanto, se instalam como um aspecto da economia internacional. A densidade viária, sobretudo se relaciona mais com nexos da economia e do mercado e não com a maioria da população. É bom que se diga que um espaço pode ser denso quanto às vias, mas não fluído, como é o caso típico do Nordeste, cujas vias servem mais aos migrantes do que a economia, por razões históricas relativamente ao uso do território nordestino.

Em se tratando das zonas de densidade e de rarefação o exame do território possibilita uma referência sobre as densidades das coisas naturais e das

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

coisas artificiais, apontando que há diferenças de densidades com relação aos homens e suas ações. Podem ser apresentadas as densidades: urbana, rural, produtiva, do emprego, do consumo, das vias e do movimento. Para o território no geral é possível calcular as densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicacionais, dentre outras.

A partir do exposto, têm-se então, nos dias de hoje, a necessidade de se criar condições para uma maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc., haja vista que são essas condições que facilitam a circulação, diferenciando os países.

O processo de formação de fluidez é seletivo e desigual nos países que possuem uma maior extensão territorial e com expressivas disparidades regionais e de renda. Sendo assim, os espaços da fluidez e os espaços viscosos podem ser associados frequentemente a subespaços onde há uma significativa circulação e outros em que essa característica é irrelevante.

Os espaços da rapidez e os espaços da lentidão onde os primeiros são os que possuem o maior número de vias, de veículos e transportes privados, observando o ponto de vista material. Já sob o aspecto social os espaços da rapidez são aqueles onde é maior o número de relações. E estes podem ser diferenciados em função da divisão do trabalho, da variedade e da densidade dos consumos.

Os espaços luminosos são caracterizados como acumuladores de densidades técnicas e informacionais, por conta disso apresentam uma significativa habilidade em atrair atividades que disponham de um expressivo conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por sua vez, os espaços opacos seriam os subespaços em que os aspectos dos espaços luminosos não estão presentes. Existem também os espaços que comandam e os espaços que obedecem, contudo o ato de comandar e obedecer são resultantes de um conjunto de condições.

Os termos centro, centralidade e centro-periferia ganharam no decorrer da história brasileira novos significados. Santos (2001) aponta três importantes períodos da história territorial brasileira, sendo que o primeiro antecede a unificação do território e do mercado e se prolonga portanto até a Segunda Guerra Mundial, o segundo, onde o Brasil já estava unificado, apresentou como ponto de referência o

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

dinamismo da indústria e como meta a construção nacional; e finalmente o terceiro marcado pelo processo de globalização.

O modelo econômico que se reflete hoje sobre o território está mais relacionado às forças centrífugas. O Estado também contribui com tal modelo, tornando-se assim centrifulgador, onde a sua regulação passa a ser desreguladora. Por conseguinte, a centralidade caracteriza-se como criadora de conflitos.

Milton Santos observa a importância de realizar uma discussão acerca de uma proposta de divisão regional baseada na diferenciação do meio técnico científico-informacional e nas heranças do passado brasileiro. Cada região que constitui rugosidades do espaço geográfico retarda os fluxos, na qual a instalação das infra-estruturas e redes informacionais realiza-se de modo descontínuo.

Nesse sentido, Santos e Silveira (2001) propõem a existência de "Quatro Brasis", uma Região Concentrada, representada agora pelo Sudeste e Sul do país, região com alta densidade técnica e científica que tem em São Paulo seu maior pólo. De acordo Corrêa (1997, p. 44), esta região

> […] concentra, assim, a maior parte da renda, bem como a elite regional de raízes predominantemente fundiária e mercantil. Principal mercado do trabalho urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano.

O Nordeste brasileiro provém de um povoamento antigo com mecanização pontual e um quadro sócio-espacial enraizado, como é o caso das áreas irrigadas do Vale do São Francisco. A circulação de pessoas produtos, informação, ordens e dinheiro sempre foi insuficiente em razão do tipo e da natureza das atividades, assim como também da estrutura da propriedade; Já a região Centro-Oeste, mesmo com ocupação periférica, possuí uma agricultura moderna que tem suas necessidades pautadas na produção da soja e do milho e é subordinada às necessidades das firmas que têm sede na Região Concentrada; e por fim a Amazônia, sobre a qual se tem um conhecimento moderno contrastando com sua ocupação rarefeita, onde é vivenciado o sistema do movimento rápido/moderno e o sistema do movimento lento. Suas cidades, especialmente Manaus, são áreas de confluência, mantendo relações lentas e tardias. Os sistemas

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

informacionais aparecem como formas externas, representadas, por exemplo, pelos satélites e radares. O Maranhão, conectado ao Projeto dos Pólos de Alumínio, poderia ser incluído na Amazônia, mas preferiram conservá-lo no Nordeste. Portanto, a Amazônia foi a última região a amplificar sua mecanização na produção econômica e no próprio território.

A análise das diferenciações regionais mostra que o país tem vivido recentemente um revigoramento do seu processo de urbanização e que este tem ocorrido de forma diferenciada sobre as regiões, devido à diversidade das realidades impostas. Vale ressaltar nesse contexto que a lógica das modernizações é comum a todos os espaços, porém as respostas são diferenciadas tanto em escala local quanto regional.

Nesta perspectiva ao analisar as regiões brasileiras torna-se perceptível que as regiões Norte e Centro-Oeste são áreas que se mantém praticamente pré-mecânicas até a década de 60 e 70 do século passado. E assim a situação de inexistência de infra-estrutura montada e de investimentos na área industrial é que facilitou a implantação das novas técnicas, sendo que estas aceleram o processo de urbanização e rentabilidade das atividades. Durante o século XIX, o número de núcleos urbanos proliferou nessas regiões.

Goiás é um caso a parte, sendo visto, até pouco tempo, como espaço de produção natural. Contudo, o novo urbano que se instalou é fruto da revolução científico-técnica que redescobrindo o cerrado, abre as portas para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e ao mesmo tempo uma nova fase da urbanização. O Nordeste é uma das regiões menos dinâmica se comparada às demais e sua forma de povoamento atrelada à estrutura social arcaica, é uma grande resistência ao processo de desenvolvimento. O Sudeste realiza uma adaptação do espaço dos interesses do capital, sendo que a região está em constante modernização, apresenta um crescimento superior e altas taxas de crescimento urbano. Tem passado por sucessivas modernizações, inovação técnica permanente, renovação da economia e do contexto social. A Região Sul composta por áreas de povoamento mais antigo, incorporadas à civilização mecânica desde o final do século XIX, e outras áreas, cujo desenvolvimento urbano mais rápido foi

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

possibilitado por conta das mesmas terem sido incorporadas tardiamente à civilização técnica.

Na era da revolução tecnocientífica, os territórios são reestruturados pelas infraestruturas que sustentam redes de informação e passam a desempenhar novas funções na economia de fluxos globalizada. O ingresso do Brasil na era da informação impulsiona uma atualização do seu território. A nova regionalização proposta destina-se a captar a transformação em curso. Esta atualização epistemológica se faz necessária para que a proposta de discussão desta defesa possa dar conta dos processos do mundo do presente e foi neste sentido que advogamos a proposta de Milton Santos na regionalização do Brasil.

"Quatro Brasis" em um Brasil

A idéia apresentada por Santos e Silveira (2001) acerca da regionalização do Brasil, na qual ele propõe uma divisão denominada de *"Os Quatro Brasis"*, tem como fundamento uma configuração que analise a atuação do meio técnico-científico-informacional no território, bem como a relação desta com as heranças do passado. Nesta lógica, Corrêa (1997) afirma que

> As mudanças na organização espacial que a economia mundial primeiramente provocou e que foram aceleradas pela globalização econômica, foram, de um modo ou de outro, percebidas pelos geógrafos. Admitimos, em realidade, que os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado. (p. 191)

Nesta proposta é respeitado o princípio da extensão e da quantidade bem como não viola os limites político-administrativos. Uma questão fundamental é a não preocupação com as fronteiras, pois estas já não são determinantes em uma sociedade que vive por meio de redes. Diante de todas as propostas de regionalização do Brasil, está é a mais atualizada e que melhor atende as configurações planetária, nacional e local.

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

A região é distinguida em função da extensão e da densidade da substituição de objetos naturais e culturais por objetos técnicos, o espaço é reconstruído por um grande conteúdo em ciência, novas técnicas e informações, gerando uma nova dinâmica territorial. Assim alguns lugares vão se especializando, tanto no campo como na cidade, de modo que essa especialização está mais relacionada ás condições técnicas e sociais que aos recursos naturais.

Essa regionalização nos propõe uma análise acerca dos espaços que se adaptam as exigências do mercado econômico, das ações políticas e culturais fruto da globalização, e aqueles que pouco conseguem incorporar essas inovações. Através dessa regionalização é possível perceber um desenvolvimento da configuração territorial, que se reflete também num desenvolvimento do sistema de transporte e de telecomunicações, "Por isso a questão regional assume uma importância ainda maior do que teve no passado" (SOUZA, 2002).

A produção nessa nova era não é apenas material, mas, sobretudo o não-material tem desenvolvido consideravelmente, e até mesmo pode-se dizer baseado em Santos que o consumo do não-material vem sobrepondo o consumo do essencial.

Diante da evolução da humanidade, as regiões foram se formando por processos naturais, expressos na territorialidade de um grupo onde sobressaiam as características de identidade, exclusividade, limites na qual era um circuito absoluto, no entanto a sociedade evoluiu tanto que esses critérios já não são suportes suficientes para caracterizar uma região. Sendo assim o meio natural deixa de ser um fator determinante, a sociedade com suas redes de relações precisam ser analisadas de forma real, de modo que revele a realidade vivida, como afirma Souza (2002), "[...] Portanto, as velhas regionalizações formadas pelo tempo lento não tem mais sustentação no mundo do presente". Assim, com base nessas idéias que se constitui a legitimidade dessa nova proposta de regionalização denominado de *"Os Quatro Brasis"*.

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

Considerações Finais

Vê-se, portanto, a partir das postulações acima que a regionalização proposta por Santos congrega os aspectos sócio-espaciais de um Brasil marcado por investimentos pontuais e por aspectos históricos que fizeram emergir um país altamente excludente no que tange à utilização das técnicas. As idéias de Santos podem ser vistas e entendidas como uma (re)interpretração das propostas de Pedro Geiger na medida que este considera os efeitos da industrialização na organização do espaço.

A partir das considerações e reflexões ao longo do presente trabalho, os "Quatro Brasis" constitui-se numa das melhores propostas de regionalização brasileira, tendo em vista que ao reafirmar ou reforçar os aspectos históricos da produção do espaço brasileiro, faz evidenciar toda uma história de investimentos pontuais que repercutiram num país dissonante como é o Brasil.

Outro aspecto que merece ser salientado é a decadência da fronteira e a emergência das redes. Por não possuir limites fixos e por seus contornos serem dinâmicos favorece uma percepção territorial mais holística, ou seja, é notória a existência de diversos Brasis dentro do Brasil *lato sensu*. A partir dessa proposta várias nuances serão reveladas e admitidas sem constrangimentos político-administrativos no cenário nacional. Ao reafirmar a existência de uma região concentrada onde há a empregabilidade de alta densidade técnica e científica em detrimento de outra de onde há a ocupação rarefeita, admitir-se-á a tomada de decisões mais individualizadas e menos hipócritas. O Brasil Nordeste, por exemplo, onde persistência da estrutura arcaica de sua sociedade, cujos privilégios e investimentos políticos e econômicos ainda são destinados ao litoral e alguns estados da oligarquia política, torna-se um grande entrave ao progresso e desenvolvimento regional e desempenhará uma nova função diante à economia nacional e, esta por sua vez, na internacional.

O Centro-Oeste, dependente da região concentrada, terá sua visibilidade no cenário econômico por se caracterizar como grande produtor de gêneros alimentícios dos quais dinamiza a economia meso-regional. A Amazônia, neste

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

contexto, entrará no cenário de economia globalizada como uma grande fronteira agrícola, e as políticas de proteção ambiental se farão mais eficazes à medida que esta região terá seu grau de importância na economia mundial.

Assim sendo, a partir dessa proposta, teremos um Brasil ligado por redes. O interessante nesta perspectiva de redes territoriais é que parece suplantar as dicotomias de mercado. Novos fixos e fluxos reordenaram a função do espaço. Um espaço cujas ações concretas não resultam do contexto local somente, mas de uma amplitude que articula ações local, regional e global.

Referências

CASTELLS, M. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTRO, I. E. . A região como problema para Milton Santos. **Scripta Nova**, Barcelona - Espanha, v. VI, n.124, p. 19-25, 2002.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. *In*: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. *In*: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.57, n° 4, p. 65-92, outubro-dezembro, 1995.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, R. G. C. **Fronteira globalizada e meio técnico-científico-informacional**. Porto Velho: dez/2006. 13 pág. (digitado).

SOUZA, M. A. A. **Geografia, paisagens e a felicidade.** Disponível em www.territorial.org.br/material/Geografia. Acesso em 12 mar. 2009.

ISSN: 1519-7816 vol. 14 nº 2 jul./dez. 2012 páginas:183 - 197

_____. **Política e Território**: a Geografia das Desigualdades. Disponível em www.territorial.org.br/material/Politica. Acesso em 12 mar. 2009.